



08/01/2022

Número: **5014345-64.2021.8.13.0145**

Classe: **OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS**

Órgão julgador: **1ª Vara de Família da Comarca de Juiz de Fora**

Última distribuição : **17/06/2021**

Valor da causa: **R\$ 100,00**

Assuntos: **Relações de Parentesco**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
R. [REDAZIDO] P. [REDAZIDO] G. [REDAZIDO] (AUTOR)	
	FERNANDO SALZER E SILVA (ADVOGADO)
M. F. G. S. E. S. (AUTOR)	
	FERNANDO SALZER E SILVA (ADVOGADO)
R. [REDAZIDO] P. [REDAZIDO] G. [REDAZIDO] (RÉU/RÉ)	
M. F. G. S. E. S. (RÉU/RÉ)	

Outros participantes	
Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
7693013047	07/01/2022 16:53	Sentença	Sentença



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de JUIZ DE FORA / 1ª Vara de Família da Comarca de Juiz de Fora

PROCESSO Nº: 5014345-64.2021.8.13.0145

CLASSE: OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS (1289)

ASSUNTO: [Relações de Parentesco]

AUTOR: M. F. G. S. E. S. e outros

RÉU/RÉ: M. F. G. S. E. S. e outros

SENTENÇA

Vistos, etc.

I – DO RELATÓRIO

[REDACTED] e [REDACTED], qualificadas na petição inicial, ajuizaram esta Ação Declaratória de Vínculo Afetivo de Avosidade Socioafetiva, requerendo que seja declarado o vínculo de avosidade socioafetiva existente entre elas.

A pretensão deduzida está embasada nos fatos e nos fundamentos descritos na petição inicial, nos documentos que a instrui e nos que foram juntados posteriormente.

Despacho inicial em ID 4329948038.



Relatório Psicossocial em ID 5665253040.

Parecer do Ministério Público em ID 6095988014.

Autos conclusos no dia 05 de outubro de 2021.

Este, em síntese e no necessário, é o relatório.

Tudo visto e examinado, decido.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Trata-se de pedido declaração de vínculo de avosidade socioafetiva existente entre as Requerentes [REDACTED] e [REDACTED], embasado nos fatos e nos fundamentos descritos na petição inicial.

A documentação anexada à petição inicial, somada ao que consta no relatório de estudo psicossocial, comprovou, satisfatoriamente, o alegado vínculo de avosidade socioafetiva existente entre as Requerentes.

Os pais, os avós paternos e o avô materno de Maria Fernanda anuíram ao pedido.

A Requerente Rosely [REDACTED] é a atual esposa do avô materno de Maria Fernanda, sendo que a avó biológica faleceu antes do seu nascimento.

Não há oposição ao pedido e foram satisfeitas as exigências legais para seu deferimento.

III – DA CONCLUSÃO

DIANTE DO EXPOSTO E O MAIS QUE DOS AUTOS CONSTA,



DEFIRO OS PEDIDOS FORMULADOS E DECLARO O VÍNCULO DE AVOSIDADE SOCIOAFETIVA QUE EXISTE ENTRE MARIA FERNANDA [REDACTED] E ROSELY [REDACTED], PARA QUE PRODUZA OS EFEITOS LEGAIS.

DETERMINO A INCLUSÃO DE ROSELY [REDACTED] NO REGISTRO DE NASCIMENTO DE MARIA FERNANDA [REDACTED], COMO AVÓ SOCIOAFETIVA, SEM EXCLUSÃO DA AVO BIOLÓGICA.

Com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC, julgo extinto este processo, com resolução de mérito.

Corrija o cadastro deste processo excluindo o polo passivo, por se tratar de pedido consensual.

Custas e despesas processuais pelas Requerentes.

Ausente interesse recursal, certifique o trânsito em julgado da sentença e expeça mandado de averbação.

Cumpridas as formalidades legais, archive este processo, com baixa.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Juiz de Fora, 07 de janeiro de 2022.

João Batista Lopes

Juiz de Direito Auxiliar

